

UMA ANÁLISE DO DISCURSO NA CIDADE: UM ESTUDO DE CASO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS QUANTO À PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DO PLANO DIRETOR DA CIDADE

Diva Dias da Silva¹, Antonio Carlos Machado Guimarães²

¹ Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP, Mestranda do curso de Planejamento Urbano e Regional. Av. Shishima Hifumi nº 2911 Urbanova, CEP: 12244-000, São José dos Campos/SP, wwdiva@uol.com.br,

² Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP, Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IP&D). Av. Shishima Hifumi nº 2911 Urbanova, CEP: 12244-000, São José dos Campos/SP, guimaraes@univap.br

Resumo - A comunicação é hoje ferramenta fundamental que abrange diversos segmentos, seja na sociedade ou organizações. As cidades, vistas como espaços de trocas e mediações, sem dúvida, são locais de discursos estratégicos ou não. Este artigo tem como objetivo um estudo analisando os discursos na cidade, baseando-se em entrevistas realizadas na Cidade de São José dos Campos com a análise do discurso de um Representante do Assentamento “Pinheirinho” (Entrevistado 1) e do discurso de um Representante da Associação de Arquitetos (Entrevistado 2), ambos em São José dos Campos, São Paulo. Por fim, é importante fazer uma comparação dos dois discursos, identificando as diferenças ou semelhanças de visão/opinião de cada um, ou seja, conhecer a visão da mesma realidade de duas pessoas com opiniões, conceitos e valores diferentes. O objetivo é buscar entender o discurso sob o aspecto social, sua linguagem, estrutura e argumentações, bem como verificar se há uma efetiva e real participação da sociedade no processo do Plano Diretor da Cidade, pois a comunicação pode possibilitar que as pessoas venham a manipular os significados dos seus discursos criando um novo conceito de falas não condizentes com suas ações e comportamentos, onde nem sempre é favorável ao desenvolvimento de uma cidade.

Palavras-chave: Discurso, Cidade, Desenvolvimento, Participação Popular

Área do Conhecimento: VI Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

A Análise do Discurso é ferramenta com origem capaz de desvelar lingüísticas construções ideológicas presentes num texto. É muito utilizada, por exemplo, para analisar textos da mídia e as ideologias que trazem em si. Segundo Charaudeau (1984), o conceito do discurso não é apenas verbal: “O discurso não pode ser assimilado a uma manifestação verbal da linguagem. Esta, mesmo se é dominante no conjunto das manifestações lingüísticas, corresponde a certo código semiológico, quer dizer a um conjunto estruturado de signos formais, da mesma forma que, por exemplo, o código gestual (linguagem do gesto) ou o código icônico (linguagem da imagem). O discurso está aquém (ou além) dos códigos de manifestação lingüística... (mas) nós não queremos dizer que haveria um discurso anterior à existência da manifestação lingüística, e independente dela...” diz Charaudeau (1984, p. 18). Ou seja, é através também dos gestos, da tonalidade da voz, do vestuário, etc., que podemos compreender o real valor do discurso, se existe por trás da fala uma intenção ou estratégia.

Segundo Villaça (1995), é importante que o Plano Diretor Municipal explicita os conflitos de interesses, entre, de um lado, a cidade, o espaço

urbano da maioria, e de outro, os interesses imobiliários.

Como exemplo, pode-se citar a questão habitacional, que deve ser explicitada e inserida nesta discussão, juntamente com a questão da função social da propriedade, na busca da superação do desenvolvimento social desigual na habitação.

O processo de elaboração do Plano Diretor é campo onde a análise do discurso pode ser aplicada, considerando as diferentes visões de cidade ali em conjunto.

Segundo Villaça (1986), David Harvey disse, com muita propriedade, que os ricos comandam a produção do espaço urbano, mas este, para os pobres, é uma arapuca que os aprisiona.

As exigências de acumulação do capital determinam a organização do espaço regional, enquanto a organização do espaço intra-urbano ou do ambiente urbano construído seria determinada pelas relações e condições de consumo.

Nesse sentido o Sistema Municipal de Planejamento e Gestão busca obter condições de propiciar ao Poder Executivo mais efetividade, eficácia, eficiência e principalmente legitimidade do seu processo decisório, através da participação popular, concretizando assim, a sua forma de governo que enfatiza um planejamento participativo.

O objetivo deste estudo é analisar as diferentes visões da cidade presentes nos discursos de dois agentes envolvidos na discussão do Plano Diretor de São José dos Campos.

Materiais e Métodos

Segundo Orlandi (1999), uma análise não é igual à outra porque mobiliza conceitos diferentes e isso tem resultados cruciais na descrição dos materiais. Um mesmo analista, aliás, formulando uma questão diferente, também poderia mobilizar conceitos diversos, fazendo distintos recortes conceituais.

Ao buscar compreender como o discurso está repleto de significações para os sujeitos, a Análise do Discurso não privilegia o conteúdo. Não é importante descobrir o que está nas entrelinhas como nos estudos de análise de conteúdo. Importa para o analista, além do conteúdo, a forma do que é dito. Em vez de saber apenas o que se diz, o analista de discursos interessa-se em saber como se diz.

Segundo Meyer (1992, p. 70), existe no exercício discursivo um aspecto de jogo que envolve sedução e aceitação: “Censurar o discurso por ser manipulador reduz-se na realidade a censurar o discurso por ser. Porque está na natureza da discursividade apresentar-se desde logo como responder, como respostas, tal como está nas mãos dos homens decidir encarar ou não este fato, aceitá-lo ou não, jogar ou não o jogo, procurar ou não os problemas subjacentes, enfim, pronunciar-se livremente ou fiar-se no que os outros lhes propõem, muitas vezes em função de interesses próprios” (apud Guimarães 2000, p. 90).

Tal consideração atesta a importância da atenção ao discurso dos novos atores que emergem na discussão política. A forma como vem ocorrendo sua mobilização aponta para a necessidade de construção de novos canais de negociação, mas também requer uma “sabedoria prática”, resgatando a intenção no estabelecimento de regras (Guimarães, 2000, p. 90).

Guimarães (2000, p. 91) esclarece que “essas reflexões valem, também, para aqueles que se colocam na posição de defensores dos excluídos: deve-se perguntar sobre o que torna determinados discursos sedutores para alguns e não para outros. Se, podemos entender a sedução das palavras como a aceitação em nome de uma subjetividade, a abordagem de processos de manipulação cede lugar à afirmação da pluralidade de valores configurando aquelas situações em que as “colisões” se fazem através da prática discursiva”.

Este artigo visa analisar as teorias aqui apresentadas, o estudo se dará através da fala

nos discursos de duas entrevistas realizadas. A escolha pelo gênero entrevista é resultante do fato de que nela fica mais nítida a interatividade, uma das características essenciais do discurso.

O entrevistado 1 é o representante de um assentamento, localizado no bairro Jardim das Indústrias, zona sul da cidade de São José dos Campos. A entrevista foi realizada em 18 de novembro de 2006, no próprio assentamento.

Conforme informações do representante do assentamento, este teve sua ocupação em 2003, por famílias que viviam nas ruas em de São José dos Campos, bem como de outras cidades. Com 1.285 barracos e cerca de 7.000 famílias, dentre estas 4.000 são crianças de 0 a 12 anos, 80% são negros e 60% são mulheres, todos desempregados e vivendo em condições precárias devido não terem infra-estrutura, já que a Prefeitura não concorda com a ocupação e está providenciando a desocupação através de liminar da justiça. A Prefeitura não quer ceder a área e os assentados não querem sair, cria-se o impasse político e social.

O entrevistado 2 é um representante do Instituto dos Arquitetos (IAB) em São José dos Campos. A entrevista foi realizada em 20 de novembro de 2006, na sede do IAB da Cidade. O Instituto reivindica uma participação mais ativa nos processos de desenvolvimento da Cidade, questiona e sugere ações que possam contribuir com o Processo do Plano Diretor.

As entrevistas foram gravadas e alguns trechos transcritos para o presente artigo, a fim de elucidar cada discurso proferido.

Resultados e Discussão

Segundo Silva (1995), a experiência do planejamento urbano no Brasil ainda não surtiu efeitos satisfatórios. Os Municípios sempre tiveram competência para elaborar Planos de Desenvolvimento Urbano e implantá-los. Poucos, no entanto, estabeleceram um processo de planejamento permanente. Muitos fatores contribuem para dificultar a implantação desse processo tais como carência de meios técnicos de sustentação, de recursos financeiros, de recursos humanos, bem como, certo temor do Prefeito e da Câmara de que o processo de planejamento substitua sua capacidade de decisão política e de comando administrativo.

Os dois discursos políticos são argumentativos, sendo que o do entrevistado 1 (representante do assentamento) tem marcas de um discurso militante e do entrevistado 2 (representante do Instituto de Arquitetos) tem mais sentido técnico, onde ambos convergem para a mesma visão, ou seja, a cobrança da participação da sociedade nos processos de planejamento da cidade.

Segundo Villaça (1995), a grande questão a ser enfrentada pelo Plano Diretor é o conflito de interesses entre, de um lado, a cidade, o espaço urbano da maioria e, de outro, os interesses imobiliários. Esse conflito veio à luz apenas nos anos 90, revelando a arena, os interesses envolvidos e os adversários.

O Entrevistado 1 esclarece que não houve envolvimento suficiente que pudesse confirmar a participação popular no processo do Plano Diretor em São José dos Campos por parte dos assentados, e comenta:

“Em primeiro lugar, a questão do Plano Diretor, nós não participamos, pois as coisas foram feitas muito rapidamente e nós não fomos convidados de maneira nenhuma. Eu até achei estranho que numa cidade do tamanho de São José dos Campos com movimentos muito grandes e com problemas sociais grandes, apesar de nossas tentativas em participar, não conseguimos. E nós achamos o seguinte, que o Plano Diretor tem que ter a participação da sociedade em geral”.

Observa-se que a participação popular é deficiente quando se trata de questões ligadas diretamente à população.

Desta forma, entende-se que o discurso apresentado pelas autoridades responsáveis por processos que envolvem o desenvolvimento das cidades, como por exemplo, o Plano Diretor não legitima as ações daqueles que discursam, onde a participação popular torna-se ausente.

Tal entendimento fica claro na concepção de Villaça (1986), o qual cita um trecho da Declaração do Fórum Habitat, nome que recebeu uma Conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos, realizada em Vancouver, Canadá, em 1976, onde compareceram entidades (mas não delegações oficiais de governos) de 132 países. Diz o trecho: “A terra, por sua natureza única e pelo papel crucial que desempenha nos assentamentos humanos, não pode ser tratada como um patrimônio qualquer, controlado pelos indivíduos e sujeito às ineficiências e pressões do mercado. A propriedade privada da terra é também um dos principais instrumentos de acumulação e concentração de riqueza, contribuindo, portanto para a injustiça social; sem controle, ela pode tornar-se um obstáculo sério ao planejamento e à implementação de programas de urbanização. A justiça social, a renovação e o desenvolvimento urbanos, a habitação decente e boas condições de saúde para o povo só podem ser conseguidas se a terra for usada segundo os interesses da sociedade como um todo”.

Harvey (1994) preocupa-se com o distanciamento que ergue barreiras contra a interação humana a fim de melhor definir os espaços de acomodação das diversas classes sociais.

Nesse sentido, entende-se como a classe dominante comanda a produção do espaço urbano, onde os menos privilegiados ficam aprisionados por este espaço urbano produzido.

Segundo o entrevistado 2, em seu discurso de caráter técnico mas convergindo para a mesma visão do primeiro entrevistado no sentido de que seja no caso da ocupação, seja no caso de planejamento da cidade para os próximos 10 anos, faz-se importante que haja uma conscientização da sociedade para um efetivo planejamento estratégico da Cidade que beneficie a todos. E comenta: “Houve a participação meio pequena, porque o que nós gostaríamos é que tivesse tido, não só disponibilizado nos bairros, mas também dentro das entidades já organizadas através de uma parceria com a Prefeitura, com o poder público, então isso não ocorreu. O que ocorreu foi o seguinte: algumas coisas que aconteceram, algumas reuniões meio superficiais, que acabaram de repente, fechando algumas coisas mais pontuais. O quê que é pontual, por exemplo, de repente é uma discussão sobre um bairro, um loteamento, uma área, uma região, por exemplo, falando sobre áreas adjacentes, a questão de ocupação por praças, por escolas, alguma coisa mais específica. Mas, discussões sérias, como a questão da Via Norte, não ocorreram e nós insistimos muito para que isso acontecesse”.

Segundo o entrevistado 2, é necessário que o poder público tenha comprometimento com a sociedade, pois esta precisa interagir de forma participativa, e comenta: “O que nós esperamos da Cidade nos próximos dez anos? Como é que nós queremos a Cidade para nós e para os nossos filhos? Só que a sociedade, mesmo que seja organizada, sozinha ela não consegue fazer, ela depende do poder público. Então, acho que tem que ter uma união, um casamento aí, pra isso dar certo. Aí, eu vou falar uma pergunta: Por que, que a sociedade só é importante em época de eleição? É complicado isso... Outro problema também que tem no município, são os conselhos municipais: é o conselho de meio-ambiente, é o conselho de desenvolvimento urbano, é o grupo que vai tratar sobre o IPTU. Por que, que esses grupos não se reúnem? Porque dependem do poder público...”.

Como afirma Santos (2005), a noção de formação social não pode ser concebida sem referência à noção de espaço. As diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. O valor de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam. Assim, a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional.

Nesse contexto, compreende-se que a participação cidadã não pode ser encarada apenas como objeto, ao contrário, é um dos sujeitos do processo de gestão e implementação das ações.

Tanto o técnico como o militante apontam para uma posição de certa forma autoritária da Prefeitura no que se refere ao processo de discussão do Plano Diretor.

A Prefeitura de uma cidade tem em seu papel dar qualidade de vida à população, zelando pelo seu bem-estar e pela ordem da cidade, onde se faz necessário dar conhecimento de seus atos para que haja um equilíbrio de forças entre o poder público e a população, por outro lado percebe-se que tal equilíbrio só existe enquanto discurso, pois na prática os cidadãos nem sempre são orientados ou informados dos planos existentes para sua cidade, bem como os órgãos e serviços existentes que favorecem a população. Enfim, o que se percebe é que o discurso é bem diferente do que se vê na prática. É preciso uma conscientização não só da população, no que diz respeito ao cidadão exigir os seus direitos, mas também se faz crucial a conscientização dos órgãos responsáveis pela organização e a implementação de medidas, programas e planos necessários para o planejamento urbano e regional da cidade.

Conclusão

A cidade é aquela que mais tem interesse e justifica-se como centro (local de todos) e as melhorias são para todos (legitimação). As transcrições das entrevistas realizadas como estudo de caso em São José dos Campos demonstram com clareza que a participação efetiva do cidadão no processo do plano diretor da cidade não acontece.

Assim, é possível analisar como em dois discursos, de camadas distintas da população, chega-se ao mesmo conceito de reivindicação de direitos inerentes ao cidadão, investigando sobre as estratégias de enunciação presentes nos discursos.

A tese principal – a de que a população nem sempre é convidada às reuniões da Câmara – é sustentada pelos dois discursos. Ambos os discursos sustentam a idéia de que a participação popular não encontra seu lugar dentro dos meios de administração da cidade. Percebe-se, portanto, que a interação do poder público com a sociedade não acontece.

A partir dos exemplos aqui abordados, buscou-se demonstrar como os entrevistados têm em sua linguagem os anseios e desejos de uma população que quer e precisa ser ouvida, ávida do conhecimento isolado por interesses, não

permitindo que a democracia exerça seu real valor.

Segundo Santos (2004), “Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-los em classes, em exploradores e explorados; um espaço matéria-inerte que seja trabalhada pelo homem mas não se volte contra ele; um espaço Natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria”.

Conclui-se que é necessário um equilíbrio de forças entre a sociedade e a necessidade de uma mudança de concepção do poder público no sentido de se fazer caminharem juntos em busca de uma sociedade mais justa e participativa que atenda às necessidades de qualidade de vida dos cidadãos. Para isto, é fundamental a conscientização e o esclarecimento da sociedade por parte daqueles que detêm o conhecimento.

Referências

CHARAUDEAU, P. Langage et société. Papier de travail. Paris: Maison des sciences de l'homme. 1984.

Eccos Revista Científica. Complexidade e Ética. São Paulo: Centro Universitário Nove de Julho. v.2, n.1, 2000.

HARVEY, D. A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1994.

MEYER, M. As bases da retórica. In Cascardi et alli. Retórica e comunicação. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1992.

ORLANDI, E. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

SANTOS, M. Pensando o Espaço do Homem. São Paulo: USP, 2004.

SANTOS, M. Da Totalidade ao Lugar. São Paulo: USP, 2005.

SOUZA, P. Espaços interditados e efeitos-sujeito na cidade. In ORLANDI, Eni P. (org) Cidade Atravessada. Campinas: Pontes, 2001.

VILLAÇA, F. A crise do planejamento urbano. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.9, n.2, 1995.

VILLAÇA, F. O que todo cidadão precisa saber sobre habitação. São Paulo: Global, 1986.

